



O LIBERAL

WACNER SANTANA / O LIBERAL



AMOR COMPATAS

Pets promovem o bem-estar de idosos

Eles ajudam a reduzir a solidão, estimulam a rotina, melhoram o humor e até contribuem para a saúde física e emocional nessa fase da vida. **BEM-ESTAR, 1.**

Sandra Bandeira é feliz vivendo com os cães Marrom, Peteleco e Little Grey e os gatos Uruca e Flip

PÓS-TARIFAÇO

PARÁ PODE GANHAR ATÉ US\$ 2 BI COM EXPORTAÇÕES EM 2026

Fim da sobretaxa de 40% imposta pelos EUA sobre produtos brasileiros deve impulsionar o Estado. Economistas já projetam aumento nas receitas e na competitividade paraense no mercado internacional. **POLÍTICA, 1E2.**

Frota de carros elétricos cresce 201,5% em dois anos

Estado passou de 2.082 unidades em 2023 para 6.278 em 2025. Somente em Belém o aumento foi de 154,5%. **POLÍTICA, 5.**

TECNOLOGIA

Maioria das cidades do Pará não tem acesso ao 5G

Dos 144 municípios, apenas 57 possuem cobertura ativa, aponta a Anatel. **POLÍTICA, 9.**

SÉRIE A

Brasileirão se despede com nove jogos simultâneos

Briga na última rodada é contra o rebaixamento e por vagas em torneios internacionais. **ESPORTE, 10.**

PARAUPEBAS

Ponte fantasma entra na mira do MPPA

Investigações apontam para mais irregularidades na gestão de Aurélio Goiano. **CIDADES, 18.**

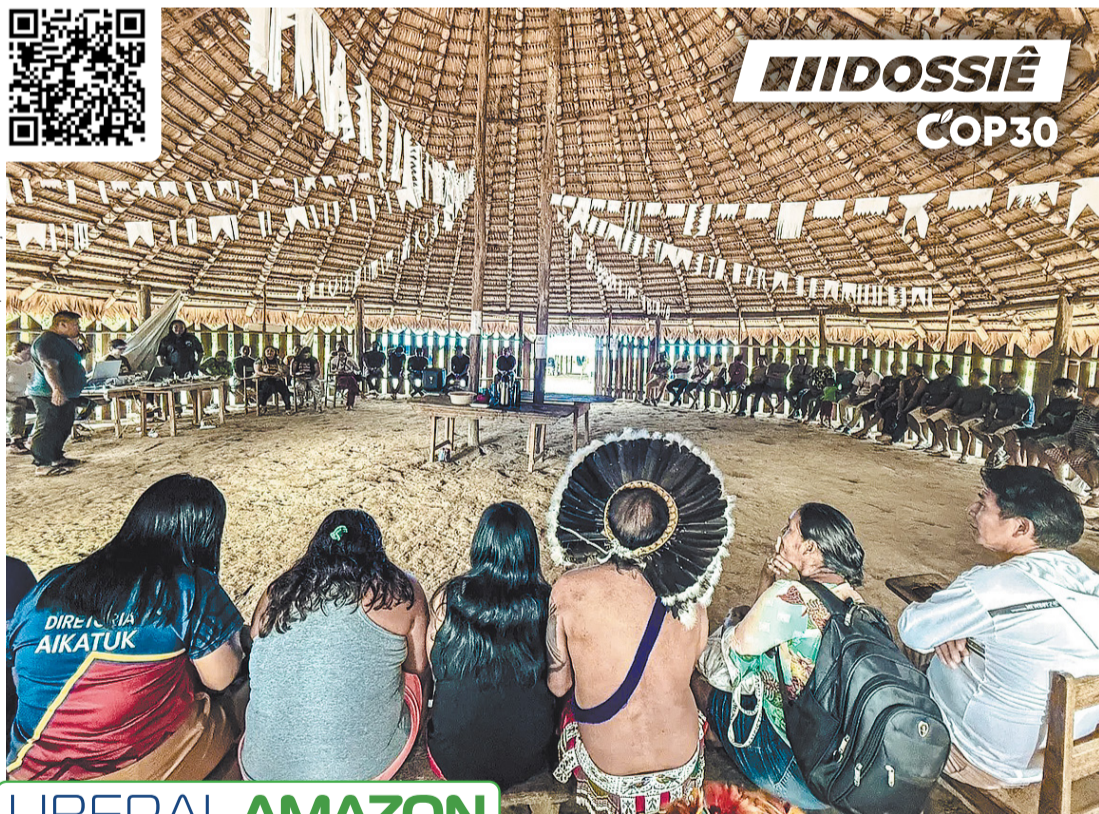
AÇÕES SOLIDÁRIAS

Grupos promovem campanhas de arrecadação

Pessoas, instituições e entidades se unem para transformar o Natal de famílias vulneráveis. **CIDADES, 12.**



JAELTA SOUZA/DIVULGAÇÃO



LIBERAL AMAZON

Demarcações protegem a Amazônia

'Territórios' indígenas colaboram para o equilíbrio do clima, a proteção da biodiversidade e manejos mantêm a floresta em pé, diz Joênia Wapichana, da Funai. **CIDADES, 6A9.**

PATROCÍNIO



APOIO

NESTA EDIÇÃO
120 páginas em
7 cadernos

CIDADES.....	20
POLÍTICA.....	20
BEM-ESTAR.....	8
CULTURA.....	8
ESPORTE.....	16
CASTANHAL.....	32

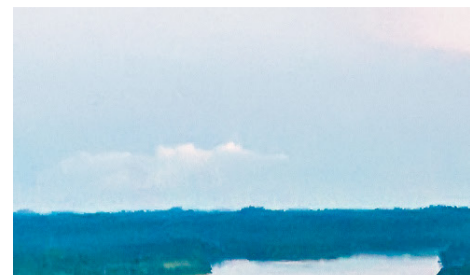
CLASSIFICADOS
16 PÁGINAS

179
OPORTUNIDADES



GRUPOLIBERAL



LIBERAL
AMAZONUse a câmera
do seu celular
para acessar
o conteúdo
multimídia.DOSSIÊ
COP30

CONQUISTA

DEMARCAÇÃO DE

TERRAS
INDÍGENASPROTEGE O MEIO
AMBIENTE**RECONHECIMENTO** - Durante a COP 30,
foram anunciadas novas declarações e
homologações de territórios, e seis deles
ficam na Amazônia Legal**ÁDRIA AZEVEDO**
Especial para O Liberal

Quando nós chegamos aqui, era um deserto, não tinha ninguém morando. Só depois foram chegando outras pessoas, encostando e o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] foi loteando a área. Meus pais, meu irmão, que foi cacique, e eu lutamos muito pelo reconhecimento das nossas terras. É uma conquista muito grande e uma grande emoção, para nós, conseguir ter de volta nosso território. Tem vezes que eu choro, parece que nem estou acreditando, que estou sonhando”.

O relato é de Maria do Socorro Munduruku, cacica da aldeia Sawré Jaybu, uma das que compõem a Terra Indígena (TI) Sawre Ba’pim, do povo Munduruku, uma área de 150 mil hectares no município de Itaituba, no Pará. A TI foi uma das que tiveram portaria de declaração assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP 30), em Belém, no período de 10 a 21 de novembro.

Junto à Terra Indígena Sawre Ba’pim, outras nove TIs tiveram sua declaração durante a COP e

outras quatro foram homologadas, o que significa alguns passos além da fase de declaração dentro do lento e detalhado processo de demarcação de terras indígenas efetuado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Pela legislação, o processo envolve cinco etapas principais: identificação e delimitação; declaração; demarcação física; homologação; e registro na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e em cartório. Todo esse percurso pode levar décadas.

Das 14 terras indígenas beneficiadas ao longo do evento climático, seis estão na Amazônia Legal. Além da Sawre Ba’pim, foi declarada a TI Vista Alegre, no Amazonas, e foram homologadas as TIs Kaxuyana-Tunayana, localizada no Pará e no Amazonas; e Manoki, Uirapuru e Estação Parecis, no Mato Grosso.

FUNAI

De acordo com Joênia Wapichana, presidente da Funai, o Brasil tem aproximadamente 13,5% de sua extensão territorial demarcada oficialmente como terra indígena. Desse total, cerca de 98% estão na Amazônia Legal brasileira. “Ou seja, a maior parte das terras indígenas reconhecidas formalmente estão aqui”, detalhou, durante a COP 30.

“E por que esse cenário? Isso veio após a Constituição de 1988, que trouxe uma nova abordagem sobre os direitos territoriais, estabelecendo critérios e características das terras indígenas que consideram as questões antropológicas, ambientais, culturais e as atividades econômicas. Ou seja, quando você demarca terras indígenas, você tem que considerar todos os aspectos necessários para garantir a sobrevivência não só física, mas também cultural dos povos indígenas”, explicou a presidente.

Segundo o Instituto Brasi-

leiro de Geografia e Estatística (IBGE), 428 mil pessoas habitam as TIs na Amazônia Legal, em uma área de quase 116 milhões de hectares, representando 23% do território amazônico. Das 824 terras indígenas em diferentes fases do processo demarcatório no Brasil, 378 ficam na região.

Já de acordo com Florêncio Vaz, coordenador do curso de Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e indígena do povo Maytupu, são 430 TIs na Amazônia. “Esse número varia um pouco, porque tem que considerar as terras reconhecidas, de al-

guma forma, pela Funai, e o que dizem as instituições não governamentais, como o Conselho Indigenista Missionário [Cimi], o Instituto Socioambiental [ISA] e a Coiab [Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira]. Dessas 430, 115 estão em alguma etapa pré-homologação. Ou seja, aproximadamente um quarto dessas terras não são homologadas. Pode parecer um número pequeno, mas são terras em posições estratégicas e muito cobiçadas. São terras fundamentais para a própria manutenção do equilíbrio climático”, aponta o professor.



PATROCÍNIO



APOIO



MAURO PIMENTEL

Alegre in Amazonas was declared, and the Kaxuyana-Tunayana, located in Pará and Amazonas; and Manoki, Uirapuru, and Estação Parecis, in Mato Grosso, were ratified.

FUNAI

According to Joênia Wapichana, president of FUNAI, Brazil has approximately 13.5% of its territorial extension officially demarcated as indigenous land. Of this total, about 98% are in the Brazilian Legal Amazon. "That is, most of the formally recognized indigenous lands are here," she detailed during COP 30.

"And why this scenario? This came after the 1988 Constitution, which brought a new approach to territorial rights, establishing criteria and characteristics of indigenous lands that consider anthropological, environmental, cultural issues and economic activities. In other words, when you demarcate indigenous lands, you have to consider all the aspects necessary to guarantee not only the physical but also the cultural survival of indigenous peoples," explained the president.

According to Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [Brazilian Institute of Geography and Statistics], 428,000 people inhabit the Indigenous Territories in the Legal Amazon, in an area of almost 116 million hectares, representing 23% of the Amazonian territory. Of the 824 indigenous lands in different stages of the demarcation process in Brazil, 378 are located in the Amazon region.

According to Florêncio Vaz, coordinator of the Anthropology course at the Federal University of Western Pará (Ufopa) and an indigenous person of the Maytapu people, there are 430 Indigenous Territories (TIs) in the Amazon. "This number varies somewhat because it's necessary to consider lands recognized in some way by Funai, and what non-governmental organizations say about it, such as the Conselho Indigenista Missionário (Cimi) [Indigenous Missionary Council], the Instituto Socioambiental (ISA) [Socio-Environmental Institute] and the Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) [Coordination of Indigenous Organizations of the Brazilian Amazon]. Of these 430, 115 are in some pre-homologation stage. That is, approximately a quarter of these lands are not homologated yet. It may seem like a small number, but these are lands in strategic and highly coveted positions. They are fundamental lands for maintaining the climatic balance itself," points out the professor.



ACHIEVEMENT

Demarcation of Indigenous Lands Protects the Environment

RECOGNITION - During COP 30, new declarations and homologations of territories were announced, and six of them are located within the Legal Amazon.

BY ADRIA AZEVEDO Special for O Liberal. Translated by Silvia Benchimol and Ewerton Branco (ET-Multi/UFGPA)

"When we arrived here, it was a desert, nobody lived there. Only later, did other people arrive, settling

in, and the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) [National Institute for Colonization and Agrarian Reform] began dividing the area into lots. My parents, my brother, who was a chief, and I fought hard for the recognition of our lands. It is a re-

ally great achievement and emotion for us to be able to get our territory back. Sometimes I cry, it seems like I can't even believe it, like I'm dreaming."

The account comes from Maria do Socorro Munduruku, chief of the Sawré Jaybu village, one of the

villages that make up the Sawre Ba'pim Indigenous Territory (TI), belonging to the Munduruku people, an area of 150,000 hectares in the municipality of Itaituba, in Pará. The TI was one of those that had a declaration decree signed during the United Nations Climate Change Conference (COP 30), in Belém, from November 10 to 21.

Alongside the Sawre Ba'pim Indigenous Territory, nine other Indigenous Territories (ITs) were declared during COP, and another four were ratified, which means several steps beyond the declaration phase with-

in the slow and detailed process of demarcating Indigenous lands carried out by the Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) [National Indigenous Peoples Foundation]. By law, the process involves five main stages: identification and delimitation; declaration; physical demarcation; ratification; and registration with the Secretariat of the Union's Assets (SPU) and in the land registry. This entire process can take decades.

Of the 14 Indigenous Territories benefited during the climate event, six are in the Legal Amazon. In addition to Sawre Ba'pim, the Vista

ANÚNCIO OCORRE EM COP COM PARTICIPAÇÃO RECORDE DE INDÍGENAS

“Os povos indígenas trouxeram uma mensagem séria, uma mensagem de vida”, diz Joênia Wapichana, da Funai

“The indigenous peoples brought a serious message, a message of life”, says Joênia Wapichana, of Funai



ECOR.NOTA, JO LIBERAL

O anúncio do avanço na demarcação de 14 terras indígenas brasileiras durante a COP 30 não foi ao acaso. O evento foi realizado na Amazônia, onde se concentra a maior parte das terras indígenas. A conferência climática teve participação recorde de indígenas, brasileiros e estrangeiros. A estimativa é que 5 mil tenham passado pelos espaços do evento, embora os credenciados para o espaço decisório, a Zona Azul, estivesse em número bem menor: cerca de 300. Para efeito de comparação, 300 foi o número total de participantes de indígenas na COP 21, em 2015, em Paris, um dos maiores números de participação indígena em uma COP antes de Belém.

Além disso, os avanços na demarcação das 14 TIs foram uma resposta às pressões do movimento indígena presente na COP 30, que realizou diversas manifestações durante a Conferência do Clima, cobrando não apenas os processos demarcatórios, mas várias outras demandas.

De acordo com Joênia Wapichana, o anúncio durante a COP foi simbólico pelo que representa, mas também uma ação concreta. “A gente está aqui discutindo propostas para o enfrentamento a essa crise climática. E os povos indígenas trouxeram uma mensagem séria, uma mensagem de vida, de que demarcar e proteger terras indígenas deve ser considerado nesse cenário em que se discute soluções às crises climáticas. Os territórios indígenas colaboram para o equilíbrio do clima, colaboram para a proteção da biodiversidade, têm manejos sustentáveis de produtos que mantêm a floresta em pé. Isso precisa ser protegido e a forma de proteger é demarcando os territórios e dando segurança jurídica a esses povos. Demarcar é proteger a vida”, declarou.

Para o professor Vaz, o anúncio sobre as TIs durante a COP foi uma resposta às reclamações das organizações indígenas. “A gente não pode negar que significou um grande avanço. Muitos povos aguardavam com ansiedade. Mas muitas outras terras já estão com o processo todo pronto, aguardando apenas a homologação, e não avançaram. Outros, que aguardam fases iniciais, também não. Então, apesar de toda essa divulgação bastante simbólica em Belém, foi muito pouco diante do que o próprio governo Lula prometeu”, comenta o docente.

Grande barreira contra o desmatamento

A demarcação de terras indígenas não apenas dá segurança jurídica aos povos originários e ajuda a manter seu modo de vida, como também funciona como uma grande barreira contra o desmatamento. Levantamento do MapBiomias aponta que, nestes territórios, apenas 1% da vegetação nativa foi perdida entre 1985 e 2023. Isso torna as TIs as áreas mais preservadas no País, à frente, inclusive, de outras áreas protegidas, como territórios quilombolas e unidades de conservação. Por outro lado, estudo do Instituto Socioambiental (ISA) aponta que as terras indígenas não demarcadas são as mais vulneráveis ao desmatamento, que diminui após o processo de demarcação: com a regularização, há aumento significativo na regeneração da vegetação, mostrando como as estratégias indígenas de manejo florestal podem

ser grandes aliadas no combate às mudanças climáticas.

Para Vaz, ao demarcar as TIs, o governo dá uma grande contribuição para o combate da emergência climática. “A demarcação é direito dos povos indígenas, para que possam dar continuidade ao seu processo cultural, ao seu modo de vida, à sua relação entre si e com o meio ambiente. Os povos indígenas precisam desse território, com tudo que ele tem, porque são lugares de memória, são lugares da sua reprodução histórico-cultural. Mas, além disso, a demarcação é muito importante para evitar o agravamento da crise climática. São cerca de 14% do território nacional que garantem os serviços ambientais, armazenando carbono e regulando o clima. Aproximadamente 23% da área da Amazônia é de terras indígenas. Se

todas forem demarcadas, é cerca de um quarto da Amazônia com a natureza preservada”, argumenta.

“CUIDAMOS”

Maria do Socorro Munduruku, da Terra Indígena declarada Sawre Ba’pim, confirma a assertiva do professor. “Nós, como indígenas, preservamos, cuidamos, vamos reflorestar, plantando açaí, bacaba, buriti, castanha, cacau, cupuaçu, cumaru, copaíba, andiroba. Vamos plantar para que as caças cheguem perto novamente, porque, hoje, já não tem mais esses animais por causa do desmatamento. Vamos mostrar para o governo que queríamos a terra para isso”, declara a cacica.

De acordo com Angela Kaxuyana, liderança à frente do processo de demarcação da Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana e integrante

da Coiab e da Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kaxyana (Aikatuk), a demarcação garante não apenas a dignidade para que povos indígenas vivam em seu território de acordo com seus costumes e modo de vida, mas tem contribuição essencial para o equilíbrio climático, a conservação da biodiversidade e a manutenção dos rios e florestas. “Essas áreas têm uma eficiência, inclusive, maior do que as Unidades de Proteção Integral, que são as unidades de conservação onde não é permitida a vida humana. E isso não sou eu que estou falando: a ciência já comprovou. A demarcação dos territórios tem uma importância global para a humanidade. Os territórios indígenas são pulmões para o planeta. É lá que se tem a eficiência do enfrentamento à crise climática”, enfatiza.



Announcement made at COP with record participation of indigenous people

The announcement of progress related to the demarcation of 14 Brazilian indigenous lands during COP 30 was no coincidence. The event was held in the Amazon, where most indigenous lands are concentrated. The climate conference had unprecedented participation of indigenous people, both Brazilian and foreign. It is estimated that 5,000 people have visited the event Spaces within the COP period, although those accredited for the decision-making space, the Blue Zone, were in a much smaller number: about 300. For comparison purposes, 300 was the total number of indigenous participants

at COP 21 in 2015 in Paris, one of the highest numbers of indigenous participation in a COP before the one held in Belém.

In addition, the progress in the demarcation of the 14 Indigenous Lands was a response to the pressures of the indigenous movement present at COP 30, which held several demonstrations during the Climate Conference, demanding not only the demarcation processes, but also several other demands.

According to Joênia Wapichana, the announcement during COP was symbolic, considering what represents, and it was also a concrete result. “We are here dis-

cussing proposals to address this climate crisis. And the indigenous peoples brought a serious message, a message of life, that demarcating and protecting indigenous lands must be considered, in this scenario, where solutions to climate crises are being discussed. Indigenous territories contribute to climate balance, contribute to the protection of biodiversity, and have sustainable management of products that keep the forest standing. This needs to be protected, and the way to protect it is by demarcating the territories and giving legal security to these peoples. Demarcating is protecting life,” she declared.

For Professor Vaz, the announcement about the Indigenous Territories during COP was a response to the complaints of indigenous organizations. “We cannot deny that it represented a great advance. Many peoples were anxiously waiting. But many other lands already have the entire process ready, awaiting only for its approval, and have not progressed yet. Others, awaiting initial stages, have also not moved forward. “So, despite all this rather symbolic publicity in Belém, it was very little compared to what the Lula government itself promised,” comments the Professor.

A major barrier against deforestation

The demarcation of indigenous lands not only provides legal security to native peoples and helps maintain their way of life, but also acts as a major barrier against deforestation. A survey by MapBiomias indicates that, in these territories, only 1% of native vegetation was lost between 1985 and 2023. These evidences make Indigenous Territories the most preserved areas in the country, ahead even of other protected areas, such as quilombola territories and conservation units. On the other hand, a study by the Socio-Environmental Institute (ISA) points out that undemarcated indigenous lands are the most vulnerable to deforestation, which decreases after the demarcation process: with regularization, there is a significant increase in vegetation regeneration, showing how indigenous forest management

strategies can be great allies in the fight against climate change.

According to Vaz, by demarcating Indigenous Territories, the government is making a significant contribution to combating the climate emergency. “Demarcation is a right of Indigenous peoples, so that they can continue their cultural processes, their way of life, their relationship with each other and with the environment. Indigenous peoples need this territory, with everything it entails, because these are places of memory, places of their historical and cultural reproduction. But, beyond that, demarcation is very important to prevent the worsening of the climate crisis. Approximately 14% of the national territory guarantees environmental services, storing carbon and regulating the climate. Approximately 23% of the Amazon area corresponds to Indigenous

lands. If all of them are demarcated, it will represent about a quarter of the Amazon with its nature preserved,” he argues.

“WE CARE”

Maria do Socorro Munduruku, from the declared Indigenous Land of Sawre Ba’pim, confirms the professor’s assertion. “We, as Indigenous people, preserve, we care, we will reforest, planting açaí, bacaba, buriti, Brazil nut, cocoa, cupuaçu, cumaru, copaiba, andiroba. We will plant so that the game will come close again, because today, these animals are no longer here because of deforestation. We will show the government that we wanted the land for this purpose,” declares the chief.

According to Angela Kaxuyana, a leader at the forefront of the demarcation process for the

Kaxuyana-Tunayana Indigenous Land and a member of COIAB and the Kaxuyana, Tunayana and Kaxyana Indigenous Association (Aikatuk), the demarcation guarantees not only the dignity for indigenous peoples to live in their territory according to their customs and way of life, but also makes an essential contribution to climate balance, biodiversity conservation, and the maintenance of rivers and forests. “These areas are even more efficient than the Integral Protection Units, which are conservation units where human life is not permitted. And this is not my opinion: science has already proven it. The demarcation of territories has global importance for humanity. Indigenous territories are the lungs of the planet. It is there that the most effective way to confront the climate crisis is found,” he emphasizes.

FORAM 22 ANOS DE ESPERA

MAURO PIMENTEL

A homologação da Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana, uma área de cerca de 2 milhões de hectares localizada nos municípios de Faro e Oriximiná (Pará) e Nhamundá (Amazonas), marcou o fim de 22 anos de espera, desde o início do processo demarcatório na Funai, em 2003. Mas a luta dos povos que habitam o território, entre eles os Kaxyana, os Kaxuyana e os Tunayana, é bem mais antiga.

Angela Kaxuyana afirma que, na verdade, são mais de cinco décadas de lutas. “Tudo começou em 1968, quando o regime militar tentou ‘limpar’ a Amazônia para dar lugar aos grandes empreendimentos. Foi uma tentativa de extermínio dos povos indígenas. Então, costumo dizer que nossa batalha não vem desde 2003, com o pedido de reconhecimento, mas já tem 57 anos. A homologação é uma reparação histórica, de toda a violência sofrida, de termos sido arrancados de lá”, relata a ativista.

De acordo com Angela, a homologação significa garantia de direitos. “Primeiramente, ela devolve esse sentido de resgate da diversidade que somos no território, que abriga muitos povos indígenas, inclusive isolados. E também dá essa sensação de segurança, porque as políticas públicas para o território, inclusive financiamentos, giram em torno dessa regularização”, aponta.

FUTURO

Após a confirmação das etapas de declaração ou de homologação, o que os povos indígenas dessas terras esperam? Para Maria do Socorro, ainda há muito a ser feito. “Precisamos da homologação e, depois disso, fazer a retirada de quem chegou aqui depois de nós. E não é só demarcar de deixar para lá. Precisamos de monitoramento da Funai e outros órgãos, para ter a nossa garantia. Precisamos muito de segurança”, pede a cacica.

Já Angela espera que, após a homologação, os povos recebam as políticas públicas relacionadas ao tipo de território. “Nós já temos nosso plano de vida, nosso PGTA [Plano de Gestão Territorial e Ambiental], com ações que têm efeito no território. O que a gente quer, agora, é que o Estado brasileiro cumpra a legislação, que garanta educação de qualidade e diferenciada, saúde diferenciada, que assuma sua responsabilidade”, diz.

Para Joênia Wapichana, presidente da Funai, a COP 30 deu visibilidade às questões apontadas por Maria do Socorro e Angela. “A COP da Amazônia fez ver que não é só uma questão de florestas. É também uma questão de direitos humanos. São pessoas que merecem ser cuidadas, com direito à educação, à saúde, à segurança. É preciso proteger quem protege a floresta em pé”.



“A homologação é uma reparação histórica, de toda a violência sofrida, de termos sido arrancados de lá”, relata a ativista Angela Kaxuyana

“The homologation is a historical reparation, for all the violence suffered, for having been torn from there,” says the activist Angela Kaxuyana



It was a 22-year wait

The homologation of the Kaxuyana-Tunayana Indigenous Land, an area of approximately 2 million hectares located in the municipalities of Faro and Oriximiná (Pará) and Nhamundá (Amazonas), marked the end of a 22-year wait, since the beginning of the demarcation process at Funai in 2003. But the struggle of the peoples who inhabit the territory, among them the Kaxyana, the Kaxuyana and the Tunayana, is much older.

Angela Kaxuyana states that, in fact, it has been more than five decades of struggle. “It all started in 1968, when the military regime tried to ‘clean up’ the Amazon to make way for large-scale projects. It was an at-

tempt to exterminate indigenous peoples. So, I usually say that our battle didn’t start in 2003, with the request for recognition, but it’s been going on for 57 years. The homologation is a historical reparation, for all the violence suffered, for having been torn from there,” says the activist.

According to Angela, homologation means a guarantee of rights. “First of all, it restores this sense of reclaiming the diversity that we are in the territory, which is home to many indigenous peoples, including isolated ones. “And it also gives that feeling of security, because public policies for the territory, including funding, revolve around this regularization,” she points out.

FUTURE

After the confirmation of the declaration or homologation stages, what do the indigenous peoples of these lands expect? For Maria do Socorro, there is still much to be done. “We need the homologation and, after that, to remove those who arrived here after us. And it’s not just about demarcating and leaving it at that. We need monitoring from Funai and other agencies to have our guarantee. We really need security,” asks the chief.

Angela, on the other hand, hopes that, after the homologation, the peoples will receive public policies related to the type of territory. “We already have our

life plan, our PGTA [Territorial and Environmental Management Plan], with actions that have an effect on the territory. What we want now is for the Brazilian State to comply with the legislation, to guarantee quality and differentiated education, differentiated health, and to assume its responsibility,” she says.

For Joênia Wapichana, president of Funai, COP 30 gave visibility to the issues raised by Maria do Socorro and Angela. “The Amazon COP made it clear that it’s not just about forests. It’s also a matter of human rights. These people deserve to be cared for, with the right to education, health, and security. It is necessary to protect those who protect the standing forest.”



PARCERIA INSTITUCIONAL

A produção do Liberal Amazon é uma das iniciativas do Acordo de Cooperação Técnica entre o Grupo Liberal e a Universidade Federal do Pará. As reportagens que envolvem pesquisas e estudos da UFPA são revisadas por profissionais da academia. A tradução do conteúdo é também realizada pelo acordo, através do projeto de pesquisa ET-Multi: Estudos da Tradução: multifaces e multisemioses.

INSTITUTIONAL PARTNERSHIP

The production of Liberal Amazon is one of the initiatives of the Technical Cooperation Agreement between the Liberal Group and the Federal University of Pará. The articles involving research from UFPA are revised by professionals from the academy. The translation of the content is also provided by the agreement, through the research project ET-Multi: Translation Studies: multi-faces and multisemiotics.